

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 071/2018

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em sessão ordinária no dia 05 de junho de 2018, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

- 1.1. Procedimento Ministerial nº 677.9.76612/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.2. Inquérito Civil nº 003.0.68943/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 1.3. Inquérito Civil nº 331.0.93652/2012, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.4. Procedimento Ministerial nº 676.0.58564/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 1.5. Procedimento Ministerial nº 003.9.61175/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.6. Procedimento Ministerial nº 003.0.121334/2012, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 1.7. Procedimento Ministerial nº 003.0.132075/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.8. Procedimento Ministerial nº 020.0.81972/2009, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;
- 1.9. Inquérito Civil nº 003.9.210121/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.10. Inquérito Civil nº 600.0.183918/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.11. Inquérito Civil nº 049.9.177592/2017, da Promotoria de Justiça de Canarana;
- 1.12. Procedimento Ministerial nº 003.0.140653/2007, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.13. Inquérito Civil nº 600.0.238481/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.14. Inquérito Civil nº 003.0.91091/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.15. Inquérito Civil nº 003.0.190427/2011, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.16. Inquérito Civil nº 167.0.129117/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 1.17. Procedimento Ministerial nº 017.0.146165/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipírá;
- 1.18. Inquérito Civil nº 696.0.120491/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.19. Procedimento Ministerial nº 698.0.74769/2016, da 6ª Promotoria

- de Justiça de Irecê;
- 1.20. Inquérito Civil nº 003.9.1874/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.21. Inquérito Civil nº 323.0.109776/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Irará;
- 1.22. Inquérito Civil nº 031.9.160059/2017, da Promotoria de Justiça de Brejões;
- 1.23. Inquérito Civil nº 593.0.54623/2009, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.24. Inquérito Civil nº 003.1.62527/2006, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.25. Procedimento Ministerial nº 003.0.249580/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.26. Inquérito Civil nº 720.9.210238/2017, da Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.27. Inquérito Civil nº 049.9.177655/2017, da Promotoria de Justiça de Canarana;
- 1.28. Inquérito Civil nº 001.9.166360/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.29. Inquérito Civil nº 003.0.182994/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.30. Inquérito Civil nº 003.0.41730/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 1.31. Inquérito Civil nº 266.0.131226/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.32. Procedimento ministerial nº 696.9.2274/2017, da 3ª Promotorias de Justiça de Candeias;
- 1.33. Inquérito Civil nº 003.0.51732/2007, da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 1.34. Inquérito Civil nº 593.0.210138/2014, da Promotoria de Regional Ambiental com Sede em Barreiras;
- 1.35. Inquérito Civil nº 608.9.236237/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.36. Inquérito Civil nº 591.0.70793/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.37. Inquérito Civil nº 701.9.222043/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 1.38. Inquérito Civil nº 003.0.36156/2013, da Promotoria de Regional Ambiental com Sede em Itabuna;
- 1.39. Inquérito Civil nº 003.9.149179/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.40. Procedimento ministerial nº 608.9.243234/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.41. Notícia de fato nº 126.9.239496/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Jaguaquara;
- 1.42. Procedimento ministerial nº 707.9.7360/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Poções;
- 1.43. Inquérito Civil nº 600.0.177196/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.44. Procedimento ministerial nº 703.9.166741/2017, da 1ª Promotoria

- de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 1.45. Inquérito Civil nº 696.0.63876/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.46. Procedimento ministerial nº 592.9.268792/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.47. Inquérito Civil nº 003.0.167471/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.48. Inquérito Civil nº 600.0.128380/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.49. Inquérito Civil nº 003.9.129743/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.50. Inquérito Civil nº 646.9.160080/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.51. Inquérito Civil nº 003.0.72236/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.52. Inquérito Civil nº 590.0.64523/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.53. Procedimento ministerial nº 001.0.7702/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.54. Procedimento ministerial nº 029.0.238902/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 1.55. Inquérito Civil nº 268.0.135126/2014, da Promotoria de Justiça de Santa Terezinha;
- 1.56. Inquérito Civil nº 598.0.210323/2016, da 11ª Promotoria de Juazeiro;
- 1.57. Inquérito Civil nº 720.9.29011/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.58. Procedimento Ministerial nº 598.0.219163/2012, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.59. Inquérito Civil nº 708.0.80136/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.60. Inquérito Civil nº 646.0.179829/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.61. Inquérito Civil nº 596.0.118206/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.62. Procedimento Ministerial nº 011.0.151640/2010, da Promotoria de Justiça de Andaraí;
- 1.63. Inquérito Civil nº 167.0.242288/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 1.64. Inquérito Civil nº 708.9.107300/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.65. Inquérito Civil nº 167.0.145157/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Salvador;
- 1.66. Inquérito Civil nº 001.0.77810/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.67. Inquérito Civil nº 003.9.174951/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.68. Inquérito Civil nº 001.9.230194/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.69. Inquérito Civil nº 590.0.142105/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

- 1.70. Procedimento Ministerial nº 020.0.81983/2009, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;
- 1.71. Inquérito Civil nº 707.9.247877/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Poções;
- 1.72. Inquérito Civil nº 003.0.17575/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.73. Inquérito Civil nº 126.9.133163/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Jaguaquara;
- 1.74. Inquérito Civil nº 647.0.199913/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.75. Inquérito Civil nº 003.0.101818/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.76. Inquérito Civil nº 003.9.263561/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.77. Inquérito Civil nº 590.1.49668/2005, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.78. Procedimento Ministerial nº 709.9.31036/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 1.79. Procedimento Ministerial nº 674.0.226671/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.80. Inquérito Civil nº 720.0.196591/2016, da Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.81. Procedimento Ministerial nº 677.0.214068/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.82. Inquérito Civil nº 592.9.86711/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.83. Inquérito Civil nº 003.0.34270/2011, da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 1.84. Inquérito Civil nº 678.0.42723/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 1.85. Inquérito Civil nº 644.0.73062/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 1.86. Inquérito Civil nº 712.0.46021/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 1.87. Inquérito Civil nº 003.0.178572/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.88. Inquérito Civil nº 678.0.66349/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 1.89. Inquérito Civil nº 331.0.74297/2014, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.90. Inquérito Civil nº 001.9.30716/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.91. Inquérito Civil nº 001.9.44785/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.92. Inquérito Civil nº 001.9.37835/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.93. Procedimento Ministerial nº 009.0.107682/2015, da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 1.94. Inquérito Civil nº 707.9.247913/2017, da Promotoria de Justiça de Poções;
- 1.95. Procedimento Ministerial nº 712.0.11808/2014, da 4ª Promotoria de

- Justiça de Serrinha;
- 1.96.Procedimento Ministerial nº 003.9.216379/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 1.97.Inquérito Civil nº 003.0.200123/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 1.98.Inquérito Civil nº 590.0.239074/2014, da, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.99.Procedimento Ministerial nº 322.9.171531/2017, da Promotoria de Justiça de Tanque Novo;
- 1.100.Inquérito Civil nº 003.0.237019/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.101.Inquérito Civil nº 003.0.25917/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.102.Inquérito Civil nº 126.0.131797/2009, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Jequié;
- 1.103.Inquérito Civil nº 674.0.22403/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.104.Inquérito Civil nº 708.9.102808/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.105.Inquérito Civil nº 674.0.167301/2016, da Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.106.Procedimento Ministerial nº 591.9.243122/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.107.Inquérito Civil nº 003.0.122777/2013, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Itabuna;
- 1.108.Inquérito Civil nº 003.0.82470/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.109.Inquérito Civil nº 001.9.1989/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.110.Inquérito Civil nº 674.0.144040/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.111.Inquérito Civil nº 001.0.16217/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.112.Inquérito Civil nº 608.0.2887/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.113.Procedimento Ministerial nº 003.0.84190/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.114.Procedimento Ministerial nº 608.0.237361/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.115.Procedimento Ministerial nº 608.9.264284/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.116.Procedimento Ministerial nº 001.0.30201/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.117.Inquérito Civil nº 003.0.48549/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.118.Inquérito Civil nº 697.0.136003/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 1.119.Inquérito Civil nº 003.9.119643/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.120.Procedimento Ministerial nº 598.0.130083/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

- 1.121. Inquérito Civil nº 003.0.187164/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.122. Inquérito Civil nº 696.0.41913/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.123. Inquérito Civil nº 647.9.221785/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 1.124. Inquérito Civil nº 646.0.62842/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.125. Inquérito Civil nº 003.9.157679/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.126. Inquérito Civil nº 279.0.95926/2015, da 2ª Promotoria de Santo Estevão;
- 1.127. Procedimento Ministerial nº 592.9.48691/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.128. Inquérito Civil nº 724.0.137909/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 1.129. Inquérito Civil nº 724.0.37653/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 1.130. Procedimento Ministerial nº 720.9.1655/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.131. Procedimento Ministerial nº 720.9.72717/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.132. Inquérito Civil nº 003.0.79266/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.133. Inquérito Civil nº 003.01.108528/2006, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.134. Inquérito Civil nº 590.0.152420/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.135. Inquérito Civil nº 712.0.94923/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 1.136. Procedimento Ministerial nº 331.0.48920/2013, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.137. Inquérito Civil nº 708.9.75110/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.138. Inquérito Civil nº 003.0.104507/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.139. Inquérito Civil nº 003.0.58036/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.140. Procedimento Ministerial nº 003.9.214097/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.141. Inquérito Civil nº 646.0.50130/2014, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.142. Inquérito Civil nº 003.9.110066/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.143. Inquérito Civil nº 003.0.237684/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.144. Inquérito Civil nº 600.0.205077/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.145. Inquérito Civil nº 001.0.7726/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

- 1.146. Inquérito Civil nº 001.0.204995/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.147. Inquérito Civil nº 646.9.37114/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.148. Inquérito Civil nº 128.0.178454/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 1.149. Inquérito Civil nº 001.9.31167/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.150. Inquérito Civil nº 646.0.50130/2014, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.151. Procedimento Ministerial nº 003.9.228203/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.152. Inquérito Civil nº 003.9.36899/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.153. Inquérito Civil nº 707.9.247860/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Poções;
- 1.154. Procedimento Ministerial nº 707.9.6629/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Poções;
- 1.155. Inquérito Civil nº 003.1.12062/2007, do Núcleo de Defesa e Proteção de Direitos Humanos e Articulação com os Movimentos Sociais – NUDH;
- 1.156. Procedimento Ministerial nº 703.9.107325/2017, da Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 1.157. Inquérito Civil nº 190.0.125602/2011, da Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 1.158. Inquérito Civil nº 003.9.114634/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.159. Procedimento Ministerial nº 708.0.107268/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.160. Procedimento Ministerial nº 343.0.50119/2016, da Promotoria de Justiça de Una;
- 1.161. Inquérito Civil nº 593.9.48318/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.162. Inquérito Civil nº 003.9.23011/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 1.163. Inquérito Civil nº 003.0.230003/2012, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 1.164. Inquérito Civil nº 003.0.136520/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.165. Procedimento Ministerial nº 712.0.127084/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 1.166. Inquérito Civil nº 237.0.83765/2016, da Promotoria de Justiça de Presidente João Quadros;
- 1.167. Inquérito Civil nº 646.0.240226/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 1.168. Procedimento Ministerial nº 003.0.257194/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Caetité;
- 1.169. Inquérito Civil nº 682.0.135078/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Caetité;
- 1.170. Inquérito Civil nº 698.0.163119/2012, da Promotoria de Justiça de Irecê;

- 1.171. Inquérito Civil nº 709.0.217947/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 1.172. Inquérito Civil nº 708.0.22979/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.173. Inquérito Civil nº 003.0.217484/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.174. Inquérito Civil nº 167.0.74780/2010, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 1.175. Procedimento Ministerial nº 268.0.22050/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 1.176. Procedimento Ministerial nº 268.0.22050/2012, da Promotoria de Justiça de Santa Terezinha;
- 1.177. Inquérito Civil nº 708.0.43770/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.178. Inquérito Civil nº 702.0.72718/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.179. Procedimento Ministerial nº 003.9.216922/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.180. Inquérito Civil nº 003.0.28030/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.181. Procedimento Ministerial nº 190.9.139206/2017, da Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 1.182. Inquérito Civil nº 600.0.51625/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.183. Inquérito Civil nº 307.0.91999/2010, da Promotoria de Justiça de Serra Preta;
- 1.184. Inquérito Civil nº 003.9.267463/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 1.185. Procedimento Ministerial nº 049.0.221756/2013, da Promotoria de Justiça de Canarana;
- 1.186. Procedimento Ministerial nº 003.0.211017/2016, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 1.187. Procedimento Ministerial nº 691.9.32337/2018, da Promotoria de Justiça de Xique-Xique;
- 1.188. Procedimento Ministerial nº 003.0.159182/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.189. Inquérito Civil nº 003.9.191551/2017, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.190. Procedimento Ministerial nº 680.0.144356/2011, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 1.191. Procedimento Ministerial nº 003.0.156918/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.192. Inquérito Civil nº 003.0.72292/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.193. Procedimento Ministerial nº 101.9.112735/2017, da Promotoria de Justiça de Itapicuru;
- 1.194. Inquérito Civil nº 001.9.26694/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.195. Procedimento Ministerial nº 703.9.186743/2017, da 1ª Promotoria de

Justiça de Nossa Senhora;

1.196.Inquérito Civil nº 712.0.2906/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;

1.197.Procedimento Ministerial nº 003.9.237490/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.198.Inquérito Civil nº 003.0.173250/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

1.199.Procedimento Ministerial nº 003.9.257777/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

1.200.Inquérito Civil nº 003.0.34164/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.201.Inquérito Civil nº 167.9.72761/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

1.202.Inquérito Civil nº 003.0.131454/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.203.Inquérito Civil nº 003.0.138099/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.204.Inquérito Civil nº 681.0.216994/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

1.205.Inquérito Civil nº 003.9.90382/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.206.Inquérito Civil nº 707.9.186779/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Poções;

1.207.Inquérito Civil nº 590.0.141939/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

1.208.Inquérito Civil nº 003.1.17468/2005, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

1.209.Inquérito Civil nº 529.9.181224/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

1.210.Inquérito Civil nº 704.9.98983/2017, da Promotoria de Justiça de Tanque Novo;

1.211.Procedimento Ministerial nº 593.0.86370/2011, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

1.212.Procedimento Ministerial nº 933.9.35253/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

1.213.Procedimento Ministerial nº 003.0.48946/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.214.Procedimento Ministerial nº 003.0.114991/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.215.Inquérito Civil nº 674.0.171038/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

1.216.Procedimento Ministerial nº 694.0.205307/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;

1.217.Procedimento Ministerial nº 190.0.199429/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

1.218.Inquérito Civil nº 681.0.250493/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

1.219.Inquérito Civil nº 003.9.84762/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

- 1.220.Procedimento Ministerial nº 701.9.5705/2018, da Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 1.221.Inquérito Civil nº 592.9.91913/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.222.Inquérito Civil nº 003.9.64439/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.223.Inquérito Civil nº 596.0.99703/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.224.Inquérito Civil nº 003.9.185087/2017,do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.225.Inquérito Civil nº 003.0.19365/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.226.Inquérito Civil nº 003.0.124526/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.227.Inquérito Civil nº 001.0.168999/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus.
- 1.228.Inquérito Civil nº Inquérito Civil nº 003.0.152946/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 1.229.Inquérito Civil nº 726.0.94628/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Ibotirama;
- 1.230.Inquérito Civil nº 596.9.75327/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.231.Inquérito Civil nº 590.0.130818/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.232.Procedimento Ministerial nº 598.0.64259/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.233.Procedimento Ministerial nº 003.9.89334/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.234.Procedimento Ministerial nº 003.9.207337/2017, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 1.235.Procedimento Ministerial nº 054.9.235127/2017, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;
- 1.236.Inquérito Civil nº 521.9.189626/2017, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
- 1.237.Procedimento Ministerial nº 680.0.172776/2009, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 1.238.Inquérito Civil nº 204.9.174465/2017, da Promotoria de Justiça de Brotas de Oliveira dos Brejinhos;
- 1.239.Procedimento Ministerial nº 716.0.219633/2012, da Promotoria de Justiça de Ipirá;
- 1.240.Inquérito Civil nº 069.0.16141/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 1.241.Procedimento Ministerial nº 001.0.183316/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Ilhéus;
- 1.242.Inquérito Civil nº 167.0.100559/2016, da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente com sede em Mata de São João.

